

Resenha

**DARLENE SADLIER -
BRASIL IMAGINADO:
DE 1500 ATÉ O PRESENTE**

SADLIER, D. **Brasil imaginado: de 1500 até o presente.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016. 392 p.

Igor Cavalcante Doi *igorcavalcantedoi@gmail.com*

Mestre em Educação Física e Sociedade pela Universidade Estadual de Campinas (Campinas/Brasil).

Edivaldo Góis Junior *egoisjunior@gmail.com*

Doutor em Educação Física pela Universidade Gama Filho (Rio de Janeiro/Brasil).
Professor na Universidade Estadual de Campinas (Campinas/Brasil).

Brasil imaginado: de 1500 até o presente é o novo livro traduzido da brasilianista Darlene Sadlier, originalmente publicado pela University of Texas Press, em 2008, e posteriormente traduzido por Flavia Bancher e publicado pela Editora da USP em 2016. Trata-se de um volume de 392 páginas que traz consigo uma extensa investigação sobre as representações de Brasil presentes em peças de arte e veículos de comunicação, disseminados na literatura, na música, na radiodifusão, na televisão, nas artes plásticas, etc. Tais testemunhos foram produzidos ao longo do tempo por brasileiros, como por estrangeiros, desde o início da exploração do continente americano pelo reino português até os dias mais recentes. O trabalho, com um número considerável de fontes, foi realizado principalmente no exterior, na Biblioteca Lilly, em Bloomington, na Biblioteca Newberry, em Chicago, e utilizou-se também da coleção *Brasiliana*, originária do Instituto Latino-americano e Ibérico da Universidade do Novo México. Fora do Brasil, Sadlier teve contato com documentos raros que foram integrados à sua pesquisa e pôde assim compor uma obra monumental.

No primeiro capítulo, a autora contrasta dois tipos de discurso produzidos pelos primeiros contatos que os europeus fizeram com o território e a população americanos: o de que o Novo Mundo era uma espécie de Éden, com inúmeras riquezas naturais e uma população inocente e pacífica que andava nua como Adão e Eva; e o de que os autóctones americanos eram canibais brutais e sem Deus. Esses discursos eram produzidos em documentos iconográficos e escritos em diversas línguas, como cartas, livros e mapas feitos por viajantes, jesuítas, pensadores e gravuristas.

O segundo capítulo começa por tratar da ocupação holandesa, no início do século XVII, ao norte, na costa. A presença holandesa trouxe artistas e naturalistas que produziram imagens de um Brasil paradisíaco conquistado pela Holanda, retratando em pinturas a vida dos colonos e de autóctones civilizados pela presença europeia – os índios “apaziguados”. Depois de abordar a ocupação holandesa, o mesmo capítulo segue em busca dos primeiros discursos nativistas e ufanistas. Esses discursos, que são uma produção dos colonos, filhos de portugueses nascidos no território americano, são apresentados pela autora como uma exaltação ao exagero dos recursos naturais do Brasil e da superioridade das coisas brasileiras. Embora muitos escritos fizessem também suas críticas internas, o descontentamento com os privilégios dos portugueses estrangeiros direcionava a crítica austera ao exterior e buscava marcar uma superioridade do que agora era uma civilização branca, mas nativa do Brasil. Foi desse contexto que surgiram alguns poetas nativistas que enfocavam o índio, muitas vezes na posição de um bom selvagem ou até mesmo em retratos heroicos.

No início do século XIX, Sadlier encontra representações do Brasil nas cartas dos viajantes da corte, que muitas vezes descreviam a nova terra como triste, doente e pouco civilizada. Com a abertura dos portos por Dom João VI, expedições para o domínio português na América do Sul passaram a gerar novos

discursos, incluindo publicações de naturalistas, historiadores estrangeiros, narrativas de viajantes, etc. O artista Jean-Baptiste Debret tem lugar privilegiado nesse capítulo, que é o terceiro da obra.

No capítulo quarto, a autora vai explorar o que chamou de bases de um imaginário literário nacional. A figura do índio foi, na literatura, um símbolo de uma nação que se formava na tensão entre os colonos nascidos no território americano e a administração europeia – com a assunção de protagonistas indígenas presentes na literatura desde a década de 1760. O português, por outro lado, podia ser retratado como um corruptor, invasor, traidor. Com esse movimento, repensava-se a figura do índio, que agora era ícone da nação brasileira.

Já na esteira de uma espécie de folclorismo, que explorava as peculiaridades de um povo que estava estabelecido fora das grandes capitais e da corte, as literaturas regionalistas passaram a abordar o brasileiro interiorano e sertanejo. Para Sadlier, “a literatura regionalista expandiu o conceito da nação, revelando-o como mais complexo do que o que se tinha imaginado” (SADLIER, 2016, p.181). O negro também aparece como tema, com críticas à situação da pessoa escravizada, comovendo poetas até o final do século XIX.

É durante o XIX, com seus temas nacionalistas, que a autora vai identificar também o aparecimento de uma literatura crítica ao Brasil, de que o grande exemplo citado é Machado de Assis, autor muitas vezes acusado de ser um “não brasileiro”, por dissertar sobre as fraquezas de uma sociedade brasileira em transição, caçoar do regionalismo literário e criticar as classes médias.

No capítulo seguinte, Sadlier discorre sobre a arte modernista que, sobretudo na arquitetura, contribuiu para formar uma imagem do país que o diferenciava dos demais, dando ao Brasil uma “cara brasileira”. Depois da inauguração de Brasília, em 1960, muitos documentos foram produzidos por estrangeiros viajantes na forma de relatos de viagens, memórias e cartas, enquanto também se produziam filmes nacionais e estrangeiros retratando aquela arquitetura que ali se via como uma marca da modernidade nacional. O modernismo foi atingir a música popular na década de 1950, quando surge a bossa-nova, que acabou por se popularizar no exterior através do filme *Orfeu Negro*, de 1956. O novo tipo de som foi apreciado no exterior como mais uma icônica característica brasileira, tornando-se uma influência em todo o mundo, sobretudo no jazz americano.

O sexto capítulo vai explorar as maneiras como aquilo que ficou conhecido por “política de boa vizinhança” interferiu nas representações sobre o Brasil no exterior, principalmente nos Estados Unidos. Através da Agência do Coordenador de Assuntos Interamericanos (CIAA), propagandas sobre a cultura brasileira foram feitas em território americano, livros brasileiros foram traduzidos para o inglês, autores americanos escreveram sobre o Brasil, universidades americanas intensificaram seus estudos sobre

América Latina. Desse modo, buscava-se aproximações políticas e econômicas, mas também culturais. Panfletos, mapas e livros veiculavam imagens de um Brasil “bom vizinho”, rico em seus recursos naturais, mas também apontavam os problemas relacionados à pobreza e à ditadura. Os novos filmes produzidos por Hollywood, contudo, evitavam mostrar a população pobre, negra ou miscigenada. Em sentido inverso, também a indústria cinematográfica e radiofônica se expandiu em direção à América Latina.

No último capítulo, Sadlier aborda o Cinema Novo, que retratava as desigualdades e os problemas do Brasil nos anos 1960 e 1970, com antecedentes já nos anos 50. Segundo a autora, os filmes produzidos nesse período “afetaram o modo como a nação era percebida, tanto localmente quanto no exterior” (SADLIER, 2016, p.281). Toques etnográficos mostravam a vida do sertanejo, notadamente o nordestino, e continham boa dose de anticolonialismo, de antioligarquia e de ideais revolucionários.

Com a ditadura militar, Sadlier afirma que filmes elaborados por cineastas com orientações políticas de esquerda, especialmente os que pretendiam abordar explicitamente questões sobre lutas de classes, passaram a ser inexequíveis. Desse modo, boa parte da produção cinematográfica desse período no Brasil se compunha de filmes que “eram uma mistura de comédias rasas, de sexo não explícito (pornochanchadas), de *nordesterns* (faroestes do Nordeste), de filmes de Carnaval, de melodramas e de filmes de baixa qualidade e baixo orçamento.” (SADLIER, 2016, p.291-292). Resultou-se disso o fato de que poucos filmes, naquele momento, conquistaram reconhecimento internacional. Foi também nesse período que os adeptos do Cinema Novo complexificaram suas obras, fazendo usos mais amplos de alegorias para vencer a censura. Entre as décadas de 1970 e 1980, os temas principais eram a expansão “modernizadora” do governo no interior do Brasil, os dilemas dos movimentos migratórios e, também, a situação das crianças pobres.

No epílogo do livro, a autora se volta para uma leitura dos dias atuais. Escreve que o objetivo é o de “sugerir a complexidade e a diversidade do imaginário contemporâneo brasileiro e fornecer um mapeamento experimental de novas tendências e inquietações recorrentes, originárias em grande parte do jornalismo e da televisão.” (SADLIER, 2016, p.324). Em outras palavras, ela apresenta brevemente questões que contribuem para a formação de um imaginário de Brasil na atualidade. Aborda a Amazônia e as questões do extrativismo, do desmatamento, das preocupações ecológicas, dos conflitos sociais envolvendo camponeses, índios e industriais, e, outrossim, trata das suas maravilhas naturais. Explora, ainda, o tema das favelas nas grandes cidades, sobretudo no Rio de Janeiro, retratado na literatura, no cinema, na TV, e que tem se tornado ultimamente objeto de turismo. A corrupção na política e o turismo sexual também têm sido associados ao Brasil no exterior, e, portanto, recebem as suas linhas. Os conflitos raciais, simbolizados por um “Dia da consciência negra” e pelo Museu Afro Brasil, não escapam do olhar

estrangeiro de Sadlier. Há, ainda, o interessante trecho sobre os “Simpsons” e seu episódio *Don’t Blame on Lisa*, que veiculou no exterior um retrato impreciso e pejorativo do Brasil. Também na comunicação televisiva, ela vislumbra a construção de representações nacionais oriundas das telenovelas, assistidas por uma imensa parcela dos brasileiros.

Como se pode ver, trata-se de uma cobertura bastante extensa desses discursos e imagens produzidos no Brasil e no exterior que construíram e constroem diversas representações sobre o Brasil. No modo como o livro é escrito, melhor do que uma simples narrativa, que sempre exige uma certa confiança no historiador, cada capítulo de *Brasil Imaginado* apresenta suas fontes e discorre sobre elas, possibilitando um contato quase direto com boa parte do material de trabalho da autora. Contudo, apesar de suas qualidades, há também algumas considerações que não escapam a uma análise mais cuidadosa.

O primeiro aspecto que, aqui, destacamos é a falta de uma conclusão sólida que ligue os pontos para formar uma tese sobre as representações produzidas sobre o país. A impressão que se tem, ao chegar ao final, é a de que o livro não termina. Em sua introdução, a proposta é a de lidar com a questão da identidade nacional, postulada como existente apenas de maneira discursiva, procurando as representações de nação em várias formas de arte ou de comunicação em massa. E a exploração dessas representações é perfeita, dada a extensão temporal que o trabalho pretende cobrir (sobretudo nos capítulos em que o foco é a literatura). Seria injusto também dizer que o livro é uma mera descrição das fontes – embora ele seja bastante descritivo –, visto que a autora é competente para relacionar as obras aos seus contextos históricos, discutindo a história do Brasil com boa erudição. Mas, no final, após ter passado por toda aquela produção de discursos ao longo de quinhentos anos, o que se pode dizer sobre a identidade nacional ou sobre as representações de nação? Como cada fonte apresentada se relaciona com as outras para formar um conhecimento coeso sobre a identidade nacional brasileira, para além da simples exposição? A expectativa de uma síntese se frustra com um epílogo que apresenta ideias sortidas de representações sobre o país nos dias de hoje (isto é, até 2008).

Dessa maneira, a discussão sobre nação e identidade nacional acaba sendo quase totalmente omitida. Embora Sadlier contextualize suas fontes, discussões com uma literatura especializada no tema são pouco presentes. Não se aborda, por exemplo, o que é “Brasil” no século XVI. Para quem se aventura ou já se aventurou em textos sobre a história do nacionalismo, parece implícito que “Brasil”, naquele período, era nome de um território e não exatamente de uma nação no sentido moderno; por outro lado, contudo, leitores desavisados podem terminar a leitura com uma impressão bastante equivocada do que eram os domínios coloniais e o protonacionalismo que vai se estabelecendo paulatinamente até o século XIX. A autora não problematiza esta questão, embora esteja, pretensamente, efetuando um

estudo sobre a identidade nacional. Comentários sobre a obra *Comunidades Imaginadas*, de Benedict Anderson, aparecem aqui e acolá, sem ajudarem neste debate. Aliás, a importância dos jornais, capital para Anderson (2008), é mencionada apenas de passagem.

Outra experiência pela qual o leitor desse livro deve passar é a das problemáticas interpretações semióticas. Nos primeiros capítulos há uma controversa “caça aos falos”, com a autora “carregando a tinta” na questão do órgão reprodutor masculino, muitas vezes relacionado a qualquer forma alongada presente em todo tipo de gravura. Há, nessas interpretações, pelo menos três necessárias ponderações. Em primeiro lugar, uma falta de fundamentação teórica em relação às representações de falos em imagens – que tipo de disposição psíquica ou sociológica, explícita ou implícita, faria com que gravuristas escondessem falos obsessivamente em suas imagens? Em segundo lugar, faltam evidências que corroborem a afirmação de que aquelas imagens, naqueles lugares, alocadas daquela maneira, fossem representações de pênis – a afirmação parece ser um palpite, sem qualquer sustentação empírica. Por último, mesmo que não fizéssemos os dois questionamentos anteriores e aceitássemos prontamente o fato de que falos pudessem estar contidos em variadas imagens e que, neste caso, estivessem mesmo, ainda restaria a completa inocuidade da constatação – a pergunta restante seria: “o que esses falos nos dizem, afinal de contas?” Ao que se responderia: “nada”. Esses problemas se estendem à afirmação de *voyerismo* no açoite pintado por Debret e à tentativa de se inferir o que os personagens estão dizendo apenas por suas expressões faciais nas imagens. A obra teria passado muito bem sem estas afirmações imprecisas.

Por fim, para que fique claro, o objetivo dessas críticas não é a não recomendação da leitura, mas o de conhecer os pontos discutíveis do livro para aproveitá-lo no que ele tem de melhor. Nossa opinião é a de que este é um livro importante para o aprendizado sobre as representações de Brasil ao longo da história, como também é uma contribuição para a História da Arte e para a História do Brasil. Mas os leitores vão desfrutar melhor a leitura se não forem iludidos com a ideia de que vão encontrar elaborações inovadoras sobre a identidade nacional brasileira. A contribuição fundamental do livro é o itinerário vastíssimo de fontes que apresenta, sempre com uma documentação contextualizada e bem descrita. Por meio desta obra, o leitor vai encontrar preservado um importante acervo de documentos históricos que pode contribuir tanto para a uma compreensão mais ampla da história do país, quanto para orientar a busca e a contextualização das fontes para novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 336 p.

SADLER, D. J. **Brasil imaginado: de 1500 até o presente**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016. 392 p.